



Leia neste número:

- 30 de junho: Greve Geral 01
- UGT condena intimidação ao aposentado 02
- A importância dos sindicatos 02
- Brasil é denunciado na OIT 03
- 106ª Conferência Internacional do Trabalho 03
- UGT em Defesa das Empresas Públicas 04
- Rogério Gomes é eleito para FETHESP 04
- UGT participa de seminário sobre Agenda 2030 04



Leia: Reforma da Previdência: Nenhum Direito a Menos

30 de junho: Greve Geral

Unidade e luta em defesa dos direitos

As centrais sindicais, (UGT, CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Intersindical, CSB e A Pública), convocam todas as suas bases para o calendário de luta e indicam uma nova GREVE GERAL dia 30 de junho.



As centrais sindicais irão colocar força total na mobilização da greve em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a terceirização indiscriminada e pelo #ForaTemer.

Dentro do calendário de luta, as centrais também convocam para o dia 20 de junho – O Esquenta Greve Geral, um dia de mobilização nacional pela convocação da greve geral.

Ficou definida também a produção de jornal unificado para a ampla mobilização da sociedade. E ficou agendada nova reunião para organização da greve geral para o dia 07 de junho de 2017, às 10h na sede do DIEESE.

UGT – União Geral dos Trabalhadores e centrais **CGTB, CSB, CSP Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, NCST**

Agenda

06 a 23 de junho: Convocação de plenárias, assembleias e reuniões, em todo o Brasil, para a construção da Greve Geral.

Dia 20 de junho: Esquenta greve geral com atos e panfletagens das centrais sindicais;

30 de junho: Greve Geral.



UGT condena intimidação ao aposentado baleado

O aposentado **Carlos Geovani Cirilo**, baleado covardemente na boca durante protesto pacífico dos trabalhadores em Brasília contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária, e recebeu no Hospital de Base onde estava internado a visita de dois homens não identificados que se declararam da corregedoria da Polícia Militar.



Mesmo ele ainda estando em recuperação e com a recomendação médica de não poder falar, os dois intrusos insistiram em ouvir suas declarações. Posteriormente, como ele não tinha condições, apresentaram documento e pediram para que ele assinasse.

A filha do aposentado, Sirlene Cirilo, se recusou a assinar e exigiu a retirada deles da enfermaria do hospital, ameaçando chamar a direção do estabelecimento.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** condena esse tipo de atitude e vai exigir das autoridades uma explicação para este incidente. Carlos Cirilo foi vítima de uma agressão a tiro durante uma manifestação pacífica de trabalhadores e foi tratado pelos dois estranhos que alegaram serem PMS como delinquente e irresponsável, sendo que o tiro que o atingiu por pouco não lhe causou a morte. Tal atitude é incompatível com o estado democrático de direito e só observada durante a Ditadura Militar, que tanto dano causou à família brasileira e à sociedade.

Depois de 16 dias internado no Hospital de Base, em Brasília, Carlos Geovani Cirilo finalmente retornou a Belo Horizonte. Cirilo foi levado ao Hospital João XXIII onde ficará internado. De acordo com o coordenador geral da **Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais (ASTHEMG)**, Carlos Martins, ele ficará internado até que se restabeleça completamente.

A importância dos sindicatos

A proposta de reforma trabalhista que passou na Câmara visa a criar condições institucionais para a redução estrutural do custo do trabalho. Assim, quebra os sindicatos, instrumento essencial para promoção de reequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho.

Clemente Ganz Lúcio, Diretor Técnico do Dieese

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados promove uma devastação dos direitos trabalhistas, individuais e coletivos. Em apenas duas semanas, os deputados rasgaram o projeto encaminhado pelo poder Executivo e fizeram uma radical mudança no sistema de relações de trabalho, sem qualquer discussão com a sociedade.

As mudanças propostas atingem o papel dos sindicatos e a relação deles com os trabalhadores, o processo negocial, os limites do negociado e a relação com a legislação, o conteúdo dos direitos, o papel da justiça. O objetivo é dar ampla proteção às empresas, eliminando obstáculos, como o direito definido em Lei, o sindicato e a Justiça do Trabalho.

A propositura que passou na Câmara, no entanto, visa a criar condições institucionais para a redução estrutural do custo do trabalho. Com esse objetivo, quebra os sindicatos, instrumento essencial para a construção dos direitos trabalhistas, proteção dos trabalhadores e promoção de reequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho.

Inúmeros estudos mostram o papel essencial que os sindicatos tiveram na construção das sociedades modernas, colaborando imensamente para torná-las menos desiguais, com mais direitos sociais e coletivos etc.

No Brasil, há atualmente 11.700 sindicatos de trabalhadores, dos quais 8.800 representam os trabalhadores urbanos e 2.900, os rurais. Essas organizações representam cerca de 50 milhões de trabalhadores. Se incluídas a representação patronal e as entidades da estrutura vertical, são cerca de 17 mil entidades, que ocupam aproximadamente 120 mil pessoas.

Esses e outros dados fazem parte da Nota Técnica 177, publicada pelo DIEESE, A importância da organização sindical dos trabalhadores (disponível aqui). O estudo mapeia o conteúdo de mais de 56 mil convenções coletivas e 308 mil acordos coletivos de trabalho celebrados entre 2007 e 2017

A história mostra o papel e a importância dos sindicatos. A relevância reconhecida dessas entidades fez da organização sindical um direito humano fundamental, normatizado em várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com o projeto aprovado na Câmara, o Brasil se desconecta e se distancia do processo civilizatório e faz um caminho regressivo rumo aos tempos de escravidão. (*Brasil Debate*, 07.06.2017)



Nota Técnica
177: A
importância da
organização
sindical dos
trabalhadores

Brasil é denunciado na OIT

As centrais sindicais brasileiras **UGT – União Geral dos Trabalhadores** e centrais CGTB, CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, NCST presentes na 106ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho – OIT vêm a público esclarecer sobre a inclusão do Brasil na lista de casos de países que violam normas internacionais do trabalho.



Este ano o Brasil consta da “lista longa” de 40 casos por violar a convenção 98 da OIT que trata sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva. Porém o caso brasileiro não foi incluído na chamada “lista curta” dos 24 casos a serem analisados nesta Conferência.

A denúncia das centrais brasileiras ecoou na Comissão de Aplicação de Normas da OIT, tendo amplo apoio de organizações de trabalhadores de diversos países.

Além disso, o caso não será arquivado, como falsamente foi divulgado pela imprensa. O caso será retomado em qualquer um dos órgãos de controle da OIT e caso o projeto de lei de reforma trabalhista seja aprovado, se consolidará como nova denúncia na próxima Conferência da OIT em 2018.

A OIT é uma organização tripartite e a inclusão na lista de casos a serem analisados é feita sempre por consenso entre as representações de todo o mundo. A posição defendida pelo setor patronal e o governo brasileiro em conjunto com o capital internacional para que o Brasil não entrasse na lista de casos da OIT deste ano comprova a estratégia de desregulação e precarização das relações de trabalho no Brasil e no mundo, estratégia que tem sido constantemente denunciada pelas centrais brasileiras e confederações sindicais internacionais.

Diferentemente do que disse o relator da proposta de reforma trabalhista, deputado federal Rogerio Marinho (PSDB), em Genebra, Suíça e divulgado pela imprensa brasileira, a OIT, por meio da Comissão de Peritos e do seu Departamento de Normas declarou que a proposta de reforma trabalhista infringe, sim, as Convenções 98, 151 e 154, ao prever que negociações entre patrões e empregados se sobreponham a lei.

Vale destacar que frente ao grave cenário de ataques a direitos sociais, trabalhistas e sindicais, as centrais brasileiras convocaram um ato público e unitário para o dia 12 de junho, às 18 horas, em frente à Organização das Nações Unidas – ONU na Place des Nations em Genebra, Suíça ainda no marco da Conferência Internacional do Trabalho da OIT. O ato denunciará os ataques aos direitos da classe trabalhadora, a organização sindical e a crescente violência promovida pelo Estado brasileiro.

106ª Conferência Internacional do Trabalho

Começou esta semana a 106ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que todos os anos reúne em Genebra, na Suíça, mais de cinco mil representantes de governos e organizações de empregadores e trabalhadores dos 187 países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Diretor da UGT discursou na Conferência

Na manhã desta sexta-feira, 09/06, em Genebra, na Suíça, **o representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo**, falou na 106ª Conferência sobre o trabalho escravo e as condições desumanas que, ainda hoje, são vividas e ignoradas por governos como o do Paraguai e o do Brasil.



“As violações dos direitos humanos por parte do governo paraguaio continuam sendo praticadas como se os trabalhadores fossem uma coisa e não gente. Os escravos de antigamente recebiam alimentação gratuita, sem nenhuma cobrança pelo patrão. Hoje, o que o trabalhador come se transforma em dívida e, ao final do mês, não há se sequer saldo de salário. Qual é a diferença entre o escravo de ontem e o que tem trabalho forçado? Nenhuma. Em ambos os casos, eles não recebem salário”, condenou Cortizo em seu discurso.



UGT em Defesa das Empresas Públicas

O Seminário em Defesa das Empresas Públicas, organizado pelo Comitê nacional em Defesa das Empresas Públicas, realizado em Brasília, na quarta-feira (07/-6), no Hotel San Marco, a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, foi representada por Willian Louzada, diretor do Sindicato dos Bancários de Goiás, através da Secretaria para Assuntos de Finanças e Crédito, cujo titular é **Edson Roberto dos Santos**.



Durante o dia, especialistas, técnicos e representantes de movimentos associativos e sindicais de dezenas de entidades do país discutiram a importância dessas empresas para seus trabalhadores e no desenvolvimento da sociedade brasileira; os projetos privatistas que as ameaçam e estratégias de reação e resistência. A necessidade de ampliar a comunicação se destacou nos debates e uma carta-aberta foi elaborada ao final e será divulgada nos próximos dias.

Em mesa coordenada pelo **representante da UGT Willian Louzada**, o seminário recebeu o advogado Luiz Alberto dos Santos, autor do livro A Reforma da Previdência no governo Temer e o desmonte da Previdência Pública no Brasil e que assessora a Fenaes e o Comitê. Santos tratou de itens da reforma que atingem os trabalhadores em geral e aqueles vinculados às empresas públicas.

Também abordou o ajuste fiscal, os planos de demissão incentivada, o Estatuto das Estatais e a terceirização que, avaliou, agora “surge com sua face mais perversa e atropela todo um debate que já estava em curso, quando se tentava restabelecer critérios”.

Rogério Gomes é eleito para novo mandato na FETHESP

Presidente e nova Diretoria da federação foram eleitos em pleito realizado nesta quinta-feira, 1º de junho

Delegados representantes dos sindicatos filiados à **Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo – FETHESP**, entidade sindical filiada à UGT, compareceram nesta quinta-feira (01/06), à sede social Américo Gomes da Silva, na capital paulista, para eleger a diretoria que comandará a federação nos próximos 5 anos.



Rogério Gomes, que liderou a chapa 1, foi reeleito presidente da FETHESP, conforme apurado pelo presidente do Sintercoj de Jundiá, Luiz Gonzaga Silva Nascimento, ao término do pleito.

UGT participa de seminário sobre Agenda 2030

A UGT, por meio de seu Comitê de Sustentabilidade e da Jornada 2030, participa, nos dias 6 e 7 de junho, do Seminário-Consulta à Sociedade Civil: Avanços e Perspectivas da Agenda 2030 e as Prioridades Futuras da União Europeia no Brasil, realizado em Brasília.

O evento, organizado pela Delegação da União Europeia no Brasil, a Gestos–Soropositividade, Comunicação e Gênero e a Fundação Friedrich Ebert no Brasil, tem como objetivo apresentar o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 sobre a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promover um diálogo sobre potenciais áreas de atuação da União Europeia para contribuir com o alcance dos Objetivos e Metas da Agenda 2030 no Brasil.

A UGT está representada por Cristina Palmieri, membro do Comitê de Sustentabilidade e da Jornada 2030 da UGT.

Considerando que, hoje, a ação sindical luta e aborda questões que vão além do debate sobre salários e condições de trabalho, como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana e muitos outros temas que impactam a vida do trabalhador, e que os ODS buscam atender às mesmas expectativas, ação sindical e tais objetivos são elementos absolutamente integrados.